

Maioria dos parlamentares condena a Grande Comissão

ANC 88
 Pasta 20 a 30
 Jan/87
 130

Brasília — O deputado Ulysses Guimarães reconheceu que existe uma forte resistência entre os parlamentares eleitos à criação de uma grande comissão para coordenar a elaboração da futura Constituição. Essa resistência tem sido o principal obstáculo à sua candidatura à reeleição de presidente da Câmara. Segundo o esboço de regimento do PMDB, a grande comissão seria integrada por 83 dos 559 parlamentares e a ela caberia praticamente todo o trabalho da Constituinte.

Ulysses Guimarães disse que, nos contatos com os deputados eleitos para aliciar votos à sua reeleição, essa questão tem sido colocada pela maioria, que alega que a Constituinte não pode restringir a atuação dos parlamentares. O deputado, por isso, informou que tem negado nos encontros que esteja já com "um regimento no bolso". Ele disse estar recebendo sugestões de todos os partidos, inclusive do PT, cuja proposta

elimina a criação da grande comissão. Pela proposta original, a grande comissão teria um presidente eleito — o mais cotado para o cargo é o senador eleito Afonso Arinos — e um relator designado.

A líder do PT, Irma Passoni, disse que seu partido só vai examinar a candidatura de Ulysses, depois que este se definir sobre o funcionamento da Constituinte. Irma Passoni disse que o PT considera secundária a discussão sobre a disputa pela presidência da Câmara.

Já o líder do PDS, Amaral Netto, que teve um encontro casual com Ulysses, também manifestou reservas sobre o funcionamento da grande comissão mas evitou associar isso à disputa pela presidência. Amaral disse que, por ser uma bancada renovada, não está em condições de avaliar se todos os companheiros vão acompanhá-lo e votar em Ulysses.

STF espera sessão calma

Brasília — Para presidir a sessão que elegerá o presidente da Constituinte, na tarde da próxima segunda-feira, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Moreira Alves, terá que recorrer aos regimentos internos do Senado, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, para aplicá-los, segundo informou, "por analogia".

Moreira Alves acredita que a votação transcorrerá normalmente, a menos que "uma enchente de questões de ordem" leve ao adiamento. "Não acredito nessa possibilidade, mesmo porque os parlamentares estão habituados a votações", disse, lembrando que na manhã do dia 1º eles já terão eleito o presidente do Senado, e na manhã de segunda-feira, o presidente da Câmara dos Deputados.

Instalação

Na sessão de instalação da Constituinte, marcada para 16h de domingo, só Moreira Alves vai discursar. Ele disse ter esperança de que a futura Constituição seja a melhor para o momento atual do país. "O Brasil fará desta vez uma Constituição sem que tenha havido uma ruptura constitucional como nas demais", disse.

Ele explicou que, enquanto a nova Consti-

tuição estiver sendo elaborada, as normas institucionais serão regidas pela atual. A partir do momento em que entrar em vigor, a futura Carta passará a regular a vida nacional daí por diante, ou os casos anteriores que ainda não estejam solucionados.

"Os processos nascidos e encerrados no passado estão definitivamente enterrados. Pela norma, uma Constituição não ressuscita cadáveres", disse.

Seminário

O Instituto Tancredo Neves, vinculado ao PFL, realizará no período de 17 a 19 de fevereiro, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, o seminário "Constituição do Brasil", onde cada uma das Constituições que o país teve será analisada por políticos e professores universitários.

A primeira conferência será do professor Paulo Bonavides, da Universidade Federal do Ceará, que falará sobre a Carta de 1824. O professor Cláudio Pacheco falará sobre a Constituição de 1891. Os demais conferencistas são Josaphat Marinho, Walter Costa Porto, Manoel Gonçalves Ferreira Filho e Ives Granda.

Luis Viana após recesso

Salvador — Para evitar que o trabalho dos constituintes seja prejudicado, o senador do PMDB Luis Viana Filho sugeriu que os deputados e senadores eleitos não apresentem projetos de lei e emendas constitucionais e que a Câmara e o Senado se reúnam apenas para apreciar mensagens enviadas pelo presidente da República, o que impediria o recurso ao Decreto-Lei pelo Poder Executivo.

Ao justificar a proposta, Luis Viana lembrou que o governo não vai parar durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Haverá necessidade de novas leis ordinárias e da aprovação do Congresso para determinadas mensagens. "É preciso achar uma fórmula conciliatória, pois até que seja promulgada a nova Constituição estará valendo a atual".

Expectativas

O senador baiano espera que durante os sete ou

oito meses de funcionamento da Constituinte, o povo seja esclarecido de que a nova Constituição não é a solução para tudo. "Essa expectativa que se criou é muito ruim e certamente irá causar uma grande frustração em determinados setores da sociedade", advertiu Luis Viana.

Para o senador, que durante a última campanha eleitoral transferiu-se para o PMDB e apoiou a candidatura de Waldir Pires ao governo do estado, a nova Carta não deve ser tão compacta como desejam alguns, nem tão abrangente como propôs a Comissão Constituinte nomeada pelo presidente Sarney.

— O documento dos notáveis não deve ser o ponto de referência para o trabalho dos constituintes. Acho que a Assembléia deve nomear uma comissão para fazer um anteprojeto que servira de base. Esta é a quinta Constituinte e em todas elas isso foi feito", lembrou Luis Viana Filho.